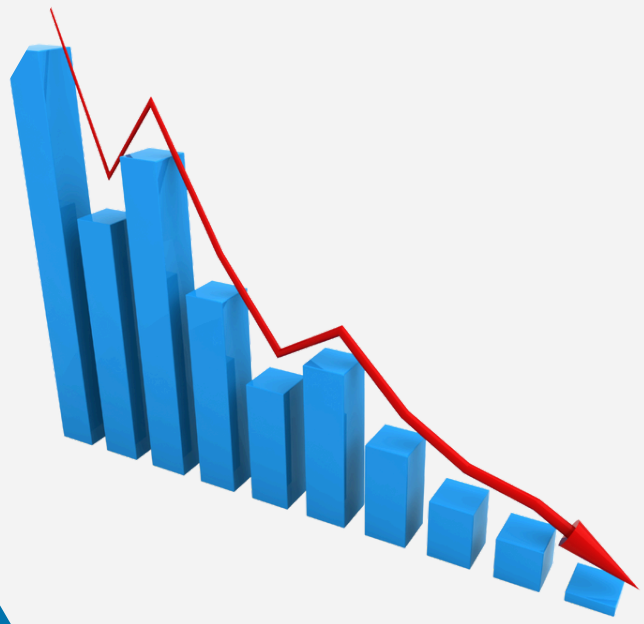
PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

UNIVASF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO



OS CONTRATOS DE SERVIÇOS DO IFBA E A ESCASSEZ DE RECURSOS: UMA ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS ANUAIS DE 2016 A 2023

LUCIANO SANTOS DA GAMA

OS CONTRATOS DE SERVIÇOS DO IFBA E A ESCASSEZ DE RECURSOS: Uma análise dos orçamentos anuais de 2016 a 2023

Edição 1ª

JUAZEIRO - BA

UNIVASF

2026

Gama, Luciano Santos da
G184c Os contratos de serviços do IFBA e a escassez de recursos: uma análise dos orçamentos anuais de 2016 a 2023 / Luciano Santos da Gama. – Juazeiro - BA, 2026.

26 f. : il.

Livro digital (PDF)

ISBN: 978-85-5322-357-2.

1. Orçamento. 2. Contratos Administrativos. 3. Restos a Pagar. I. Título. II. Medeiros, Rennan Kertlly de. III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 352.480981

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF
Bibliotecário: Márcio Pataro. CRB - 5/1369.

OS CONTRATOS DE SERVIÇOS DO IFBA E A ESCASSEZ DE RECURSOS: UMA ANÁLISE DOS ORÇAMENTOS ANUAIS DE 2016 A 2023

Relatório técnico apresentado pelo mestrando Luciano Santos da Gama ao Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede, sob orientação do docente Rennan Kertlly de Medeiros, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Administração Pública.



SUMÁRIO

Resumo 03

Contexto 04

Público-alvo 05

Descrição da situação-problema 06

Objetivos da proposta 07

Diagnóstico e análise 08

Proposta de intervenção 20

Responsáveis pela proposta de intervenção e data 22

Referências 23

Protocolo de recebimento 24

RESUMO

Neste relatório técnico identificou-se a participação dos gastos com contratos administrativos de serviços nas despesas discricionárias do orçamento de custeio do IFBA em um cenário de escassez de recursos, no período de 2016 a 2023. Para isso, foram coletados documentos que apresentam os dados desde o planejamento orçamentário até o cancelamento de restos a pagar não processados com os contratos de serviços, como Relatórios de Gestão, Planos de Desenvolvimento Institucional e extrações de relatórios gerenciais do sistema Tesouro Gerencial. Assim, desenvolveu-se um estudo de caso com metodologia classificada como descritiva, quali-quantitativa, por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

Os resultados indicaram que: o IFBA reduziu seu poder de compra, pois houve uma perda real de 31,54% do orçamento de custeio; os contratos de serviços representam, em média, 67,76% das despesas empenhadas com orçamento de custeio das despesas discricionárias, em termos reais; a variação acumulada real dos gastos com esses contratos apresentou uma redução de 5,5% no período; e os cancelamentos médios de restos a pagar desses contratos são superiores aos orçamentos médios anuais de 6 das 19 unidades gestoras executoras do IFBA, bem como superam 50% dos orçamentos médios anuais de 17 das 19 unidades da instituição.

CONTEXTO

A crise econômica de 2008 provocou a desaceleração da economia mundial, reduzindo as taxas de crescimento das principais economias, porém, no caso do Brasil, essa redução foi maior do que nos países emergentes (Almeida; Lisboa; Pessoa, 2015). Diante desse cenário, o governo federal adotou diversas medidas restritivas, as quais limitaram a capacidade de funcionamento e de desenvolvimento de diversas áreas governamentais.

Dessa forma, para conter o avanço das despesas públicas, em 2016 foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) Nº 95/2016, o chamado Novo Regime Fiscal. Este regime estabeleceu o teto dos gastos públicos da União, limitando o crescimento das despesas primárias ao da inflação acumulada do exercício anterior, pelo prazo de 20 anos.

Ademais, além do teto dos gastos para a educação pública federal, houve a desafetação tributária, que corresponde a uma desvinculação da arrecadação líquida de impostos para financiamento dessa área (IPEA, 2018). Com isso, desde 2018, a União não é mais obrigada a destinar ao menos 18% de suas receitas para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Devido a essas restrições, as instituições federais de ensino vivenciam, há muito anos, períodos de dificuldades para a continuidade da oferta da educação no país. Essas medidas afetaram principalmente as despesas discricionárias do orçamento de custeio, pois são aquelas passíveis de ajuste dentro do orçamento anual repassado pelo Ministério da Educação (MEC). Com isso, houve a redução nas contratações de serviços, nas aquisições de materiais de consumo, no fornecimento de passagens e diárias, ajustes em contratos de locação de mão de obra, maior controle de gastos com água e energia, tudo para lidar com o cenário de escassez de recursos que a educação federal ainda atravessa.

Diante dessas considerações, os gestores precisaram ajustar seus orçamentos anuais com frequência para permitir que essas instituições permaneçam em funcionamento. Logo, cada vez mais a eficiência na gestão dos recursos públicos é exigida dos gestores que lidam com a escassez de recursos.



PÚBLICO-ALVO

O IFBA, criado em 2008 por meio da transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica em institutos federais pela Lei nº 11.892, é vinculado ao MEC, possui natureza autárquica, com autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar.

Localizado no estado da Bahia, com a Reitoria em Salvador, é composto por vinte e dois campi; um núcleo avançado; dois campi em fase de implantação; cinco Centros de Referência, também em construção; um polo de inovação; na modalidade de Ensino a Distância possui cursos em 57 cidades baianas; e por meio do Programa IFBA Saneando a Bahia (PISA), em parceria com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), atua no desenvolvimento de módulos para captação e apoio técnico à elaboração de minuta de Planos Municipais de Saneamento Básico em cinquenta municípios do estado (IFBA, 2020).

Oferece educação profissional gratuita em diversas modalidades, com trezentos cursos presenciais, dezessete cursos a distância. Para isso, é composto por mil e setecentos professores, mais de mil técnicos administrativos, possui mais de trinta e seis mil estudantes, presenciais e a distância.

Nesse contexto, a escolha do local desta pesquisa se justifica pela relevância que a instituição tem para a população baiana como agente de desenvolvimento social, ambiental, tecnológico e econômico do estado. Assim, ao analisar a instituição em nível de órgão, este estudo fornecerá uma visão macro dos efeitos das medidas adotadas pelo governo federal sobre as finanças da instituição.

Por fim, evidenciará se o IFBA utilizou todo o orçamento recebido no período destacado e se os valores inscritos em restos a pagar foram utilizados em sua totalidade. Ademais, permitirá identificar se o governo repassou os valores de acordo com as regras do teto dos gastos e quais os impactos, em termos financeiros, dessa restrição nos contratos administrativos de serviços, que são os que possuem maior representatividade dentro do custeio e são imprescindíveis para o funcionamento adequado da instituição. Além disso, as informações financeiras, que apesar de transparentes, são de difícil compreensão para a população em geral e não aborda questões específicas como a apresentada.

INSTITUTO FEDERAL
Bahia



DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

O orçamento público anual é materializado na forma de lei ordinária, chamada Lei Orçamentária Anual (LOA), prevendo as receitas a serem arrecadas e fixando as despesas a serem realizadas em um determinado exercício financeiro (Paludo, 2017). No caso das instituições federais de ensino, o orçamento é repassado pelo MEC, na forma de créditos orçamentários, autorizando gastos para despesas obrigatórias e discricionárias. Esta última, é passível de limitações no decorrer do exercício, como contingenciamento, bloqueios e cortes, e aquelas são de execução obrigatória, como no caso das despesas de pessoal e demais benefícios ao servidores.

Com o advento da EC 95/2016, conhecida como teto dos gastos públicos, com vigência a partir de 2017, houve a limitação do crescimento das despesas públicas dos próximos 20 anos, provocando o congelamento das despesas, principalmente, das áreas de educação e saúde. Ainda, a pandemia enfrentada no período de 2020 a 2022 agravou a situação financeira do país, elevando ainda mais a variação da inflação acumulada, principalmente em 2021, a qual chegou a 10,06% beirando o dobro do teto da meta para o ano, que era de 5,25%, como relatam Santos e Kappes (2022).

O IFBA, órgão com autonomia administrativa e financeira, que apresenta diversas unidades espalhadas pelo estado da Bahia, firma diversos contratos administrativos de serviços necessários para o funcionamento das atividades. Para isso, é dependente do repasse de orçamento para manutenção e expansão de suas atividades, assim, também foi afetado pelas restrições orçamentárias, prejudicando sua capacidade de oferta de educação de qualidade.

Diante dessas considerações, o IFBA, assim como outras instituições de ensino, teve que enfrentar a redução de repasses financeiros e as limitações impostas pelo governo federal. Dessa forma, surge a necessidade e o interesse em realizar uma pesquisa sobre essa situação enfrentada e os reflexos no orçamento da instituição, a partir da seguinte questão: Qual a participação dos gastos com contratos administrativos de serviços nas despesas discricionárias do orçamento de custeio do IFBA em um cenário de escassez de recursos?



OBJETIVOS DA PROPOSTA

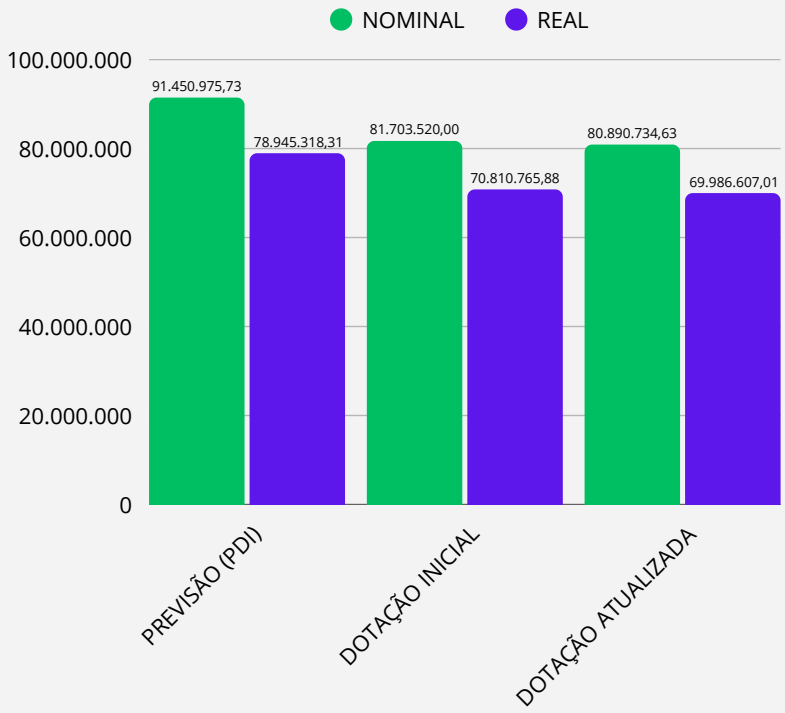
Tendo em vista o contexto, o diagnóstico e a descrição da situação-problema, o objetivo geral deste relatório técnico é mensurar a participação dos gastos com contratos administrativos de serviços nas despesas discricionárias do orçamento de custeio do IFBA em um cenário de escassez de recursos. Para tanto, considerou-se os seguintes objetivos específicos: avaliar as variações anuais e acumuladas dos orçamentos anuais (planejados, recebidos e empenhados), em termos nominais e reais, do período de 2016 a 2023; e analisar as despesas empenhadas e os restos a pagar para atender os contratos administrativos de serviços, em termos nominais e reais, do período de 2016 a 2023. Assim, a partir dos resultados encontrados, apresentar uma alternativa de intervenção para resolução/redução do problema junto ao IFBA.



DIAGNÓSTICO E ANÁLISE

ORÇAMENTO DO IFBA

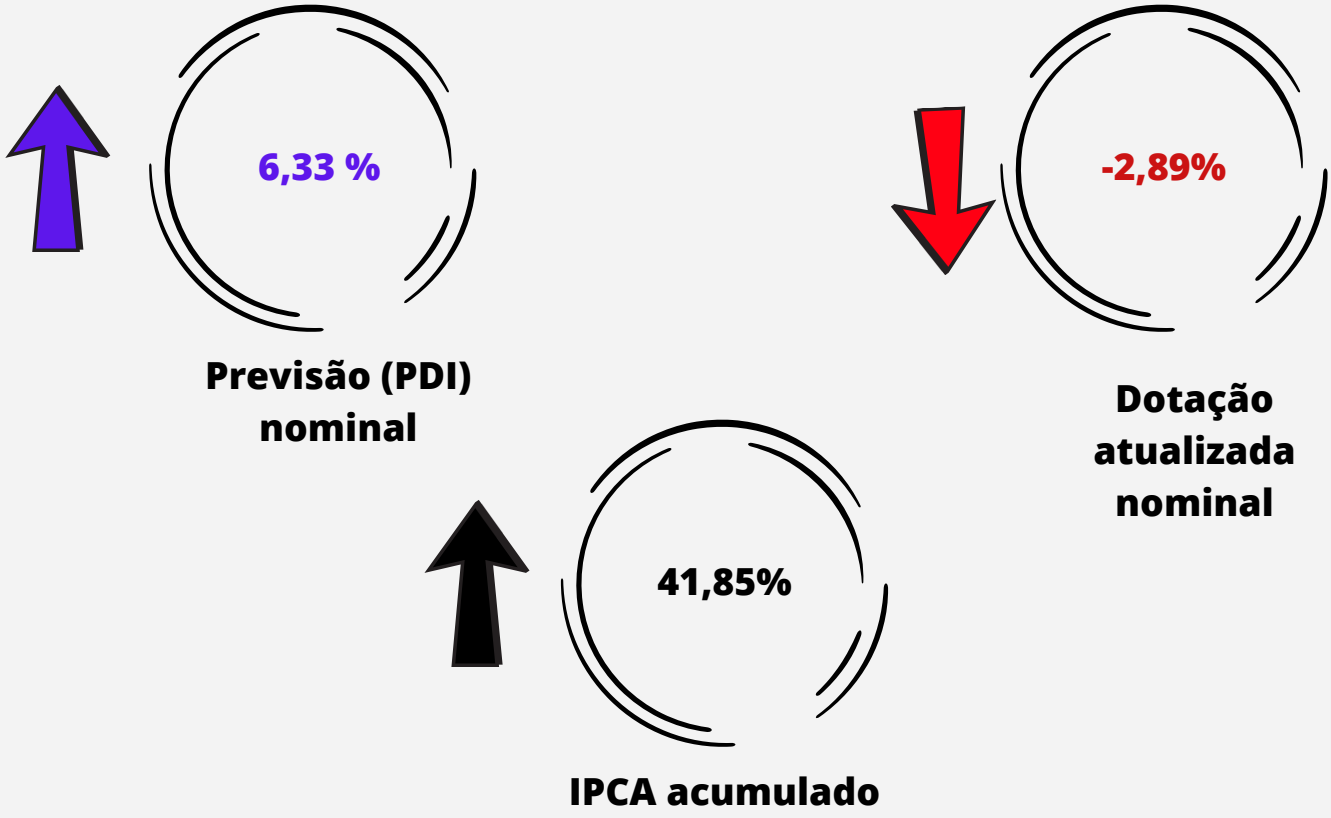
Gráfico 1. Médias das previsões e das dotações de custeio (RP 2) (R$)



Fonte: Elaborado pelo autor

- Segundo Assaf Neto (2012), é comum trabalhar-se com valores deflacionados para se chegar à evolução real de uma série de informações monetárias em um período. Dessa forma, o Gráfico 1 sinaliza uma queda dos valores médios em termos reais quando comparados aos valores nominais.
- Em termos nominais, a média da previsão (PDI) é superior às médias da dotação inicial (orçamento inicial) e da dotação atualizada (corresponde à dotação inicial constante na LOA mais créditos adicionais abertos/reabertos ao longo do exercício, menos as anulações correspondentes), o mesmo ocorre em termos reais. Consequentemente, o planejamento orçamentário de todas as unidades do IFBA foi prejudicado, pois o orçamento de custeio recebido no período foi inferior ao planejado.
- Em relação às dotações recebidas, em termos nominais, devido ao cenário de contenção de gastos, a média da dotação inicial é superior à da dotação atualizada, de forma semelhante ocorre em termos reais. Logo, os dados sugerem que houve cortes orçamentários durante o período analisado que reduziram a dotação inicialmente recebida pela instituição.

Figura 1. Variações acumulados (2016 - 2023) (%)



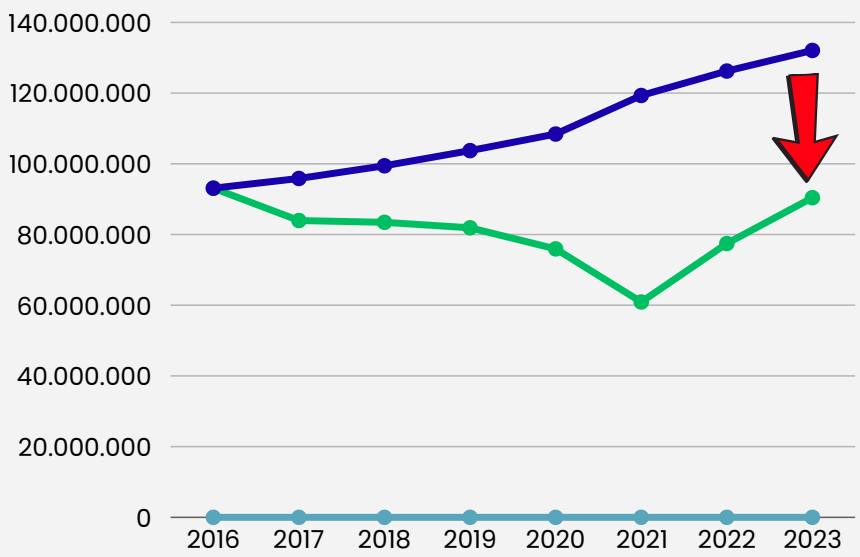
Fonte: Elaborado pelo autor

- Conforme Figura 1, a previsão (PDI) apresentou um crescimento acumulado de 6,33% e a dotação atualizada apresentou uma variação acumulada negativa de 2,89%. Portanto, esperava-se um crescimento orçamentário no período, entretanto, ocorreu o oposto, a dotação atualizada, que corresponde ao orçamento final recebido, diminuiu no período analisado.

- Quanto ao PDI 2020-2024, elaborado em 2020, já havia a regra do teto dos gastos, assim o IFBA aplicou a projeção do IPCA para o período de 2021 a 2024, com base na projeção do Relatório de Acompanhamento Fiscal do Senado Federal, que estimou, para o período de 2020 a 2030, o percentual de 4% ao ano para o IPCA (IFBA, 2020). Entretanto, as dotações recebidas foram inferiores aos planejamentos orçamentários em todos os anos que abrangem o PDI 2020-2024.

- Diante dessas considerações, a inflação acumulada de 2017 a 2023 foi de 41,85%, porém, ao relacioná-la com as variações acumuladas da Figura 1, percebe-se que a previsão (PDI) estimou um aumento de apenas 6,33%. Nesse sentido, há uma diferença de 35,52%, ou seja, como o acumulado do IPCA foi superior ao estimado, é recomendado que o IFBA utilize outra técnica para estimar a sua expectativa de inflação para os anos futuros.

Gráfico 2. Dotação atualizada de 2016 corrigida pelo IPCA x dotação atualizada nominal (R$)



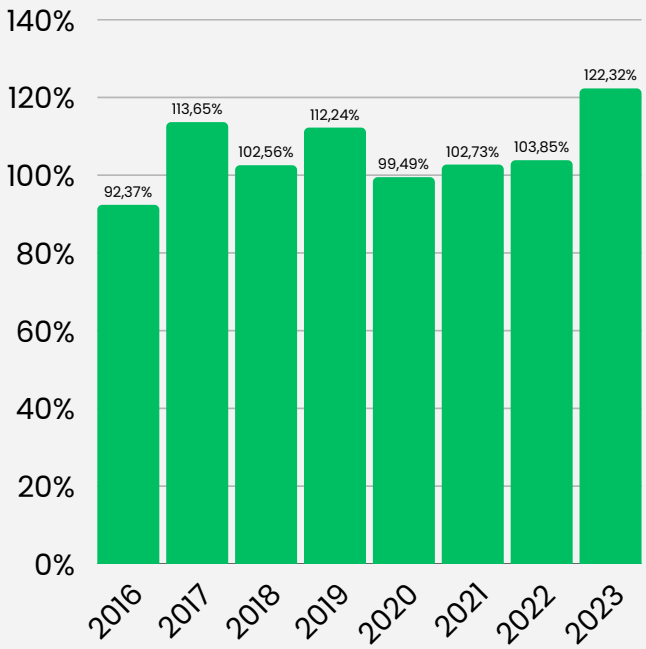
Fonte: Elaborado pelo autor

- Segundo Assaf Neto (2012), enquanto a inflação representa um aumento nos níveis de preços, a Taxa de Desvalorição da Moeda evidencia a redução do poder de compra causada por esse aumento. Nesse sentido, quanto maior a inflação acumulada de um período, maior será a redução da capacidade aquisitiva, como consequência da desvalorização da moeda.

- De acordo com o Gráfico 2, os dados sinalizam que o IFBA reduziu seu poder de compra, já que houve uma perda real de 31,54% no período, pois a dotação atualizada nominal em 2016 foi de R$ 93.104.070,00 e, em 2023, este valor incrementado pela inflação acumulada de 41,85% seria de R$ 132.067.911,63, porém a dotação atualizada nominal em 2023 foi de apenas R$ 90.414.030,00.



Gráfico 3. Grau de Execução Orçamentária - Custeio (RP2) (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

- O indicador de Grau de Execução Orçamentária (GEO) apresenta o percentual de utilização do orçamento recebido. Assim, esse indicador representa a relação das despesas empenhadas com a dotação atualizada (Mota; Corrêa; Nascimento, 2022), referente às despesas discricionárias (RP 2) do orçamento de custeio, de 2016 a 2023.
- Cabe destacar que, ao calcular o indicador GEO, os resultados apresentam os mesmos percentuais, tanto em termos nominais quanto em termos reais. Assim, para este estudo,, utilizou-se os valores deflacionados, isto é, em termos reais.
- Conforme Gráfico 3, o indicador GEO costuma estar acima de 100%, ou seja, o valor empenhado normalmente supera o valor da dotação atualizada. Dessa forma, o indicador revela que o IFBA recebeu recursos de outros órgãos, isso ocorre porque nos valores empenhados são considerados tanto empenhos custeados com orçamento do IFBA, como aqueles que utilizam orçamento de outros órgãos.

CONTRATOS DE SERVIÇOS NO ORÇAMENTO DO IFBA

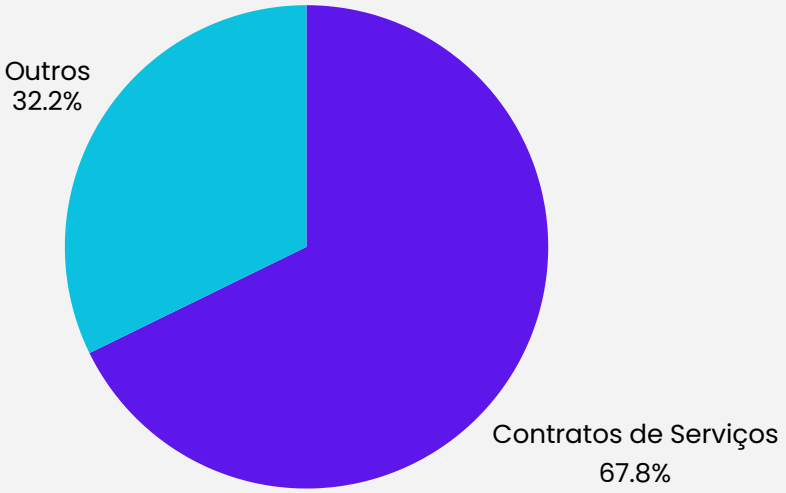
Quadro 1. Contratos administrativos de serviços por natureza de despesa

339033	Passagens e despesas com locomoção
339037	Locação de Mão de Obra
339039	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
339040	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Fonte: Elaborado pelo autor

- Os contratos administrativos de serviços do IFBA são classificados em quatro naturezas, até o nível elemento, conforme o Quadro 1.

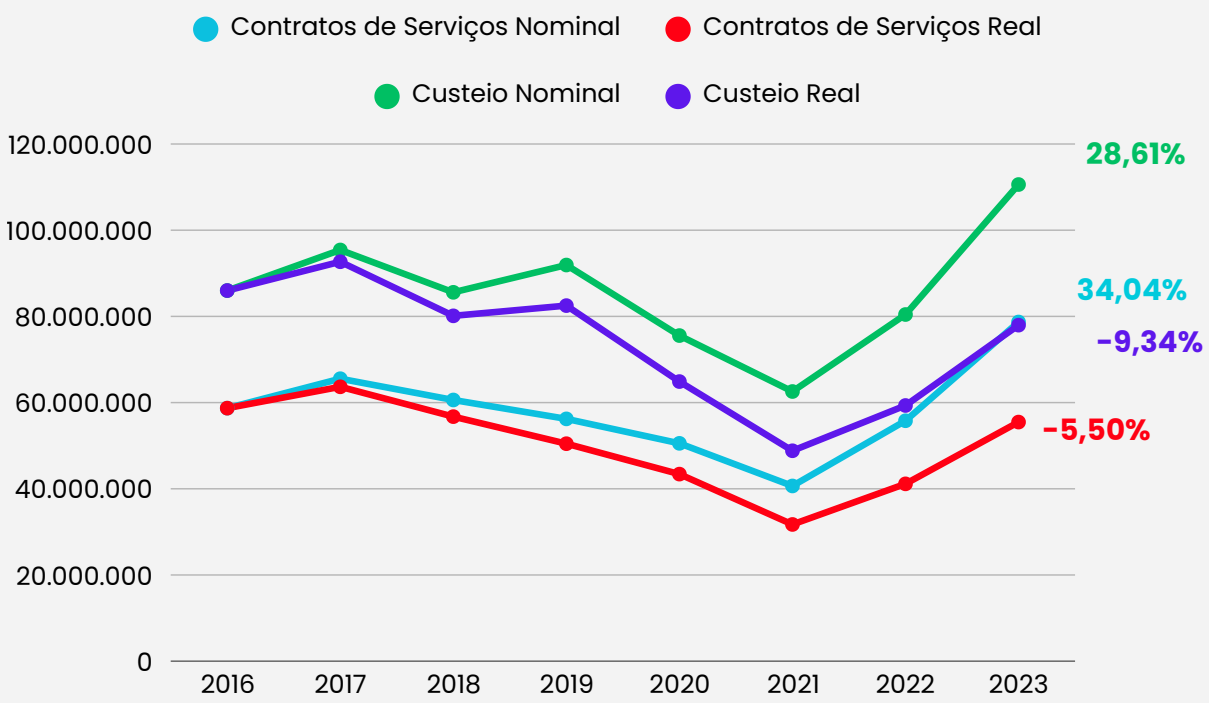
Gráfico 4. Média das despesas empenhadas - custeio (RP 2) (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

- Conforme informações apresentadas no Gráfico 4, a participação dos contratos administrativos de serviços nas despesas empenhadas com orçamento de custeio (RP 2) representa, em média, 67,76%, em termos reais. Desse modo, os dados indicam que os contratos de serviços representam mais da metade das despesas empenhadas com o orçamento de custeio.

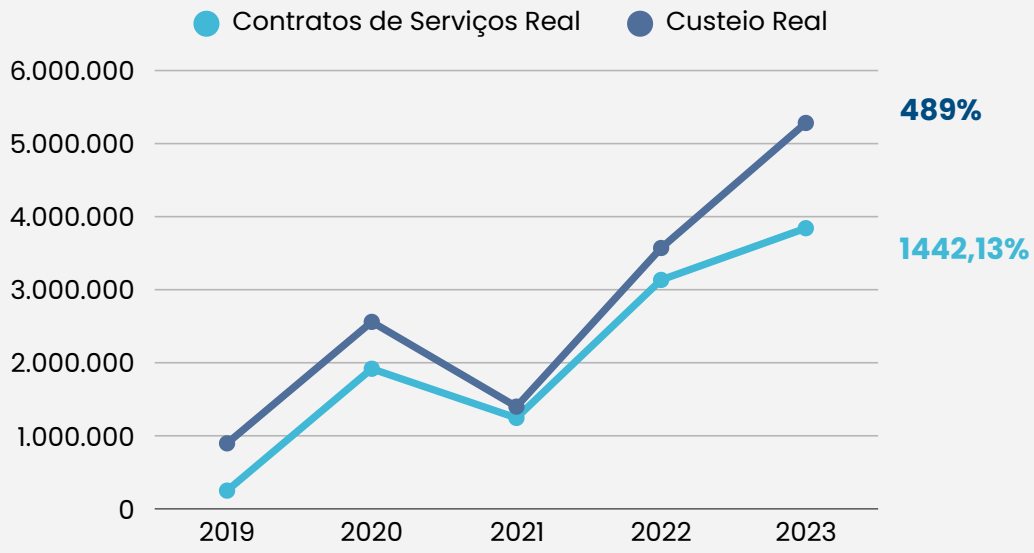
Gráfico 5 .Variações acumuladas do custeio e dos contratos de serviços - Nominal e Real (R$)



Fonte: Elaborado pelo autor

- O Gráfico 5 sinaliza que a variação acumulada das despesas empenhadas com contratos de serviços foi superior ao total empenhado com orçamento de custeio, em 5,44%, em termos nominais, ou seja, o crescimento do orçamento de custeio não está acompanhado o dos gastos com esses contratos. No entanto, em termos reais, ambos tem variação acumulada negativa, apresentando uma diferença de 3,83%, isto é, o total empenhado com orçamento de custeio apresentou uma queda superior ao dos contratos de serviços.
- Ademais, os dados sugerem que esse crescimento nominal decorre da variação acumulada do IPCA, de 41,85%, tendo em vista que esses contratos têm como fator de reajuste esse índice. Em termos reais, a variação acumulada negativa dos contratos de serviços sugere que houve a redução desses contratos, reflexo de medidas que buscam a economia de recursos, devido à perda do poder aquisitivo do IFBA. Logo, as variações acumuladas nominais sinalizam uma aparência de crescimento do custeio e dos contratos de serviços, porém, em termos reais os dados indicam o contrário.

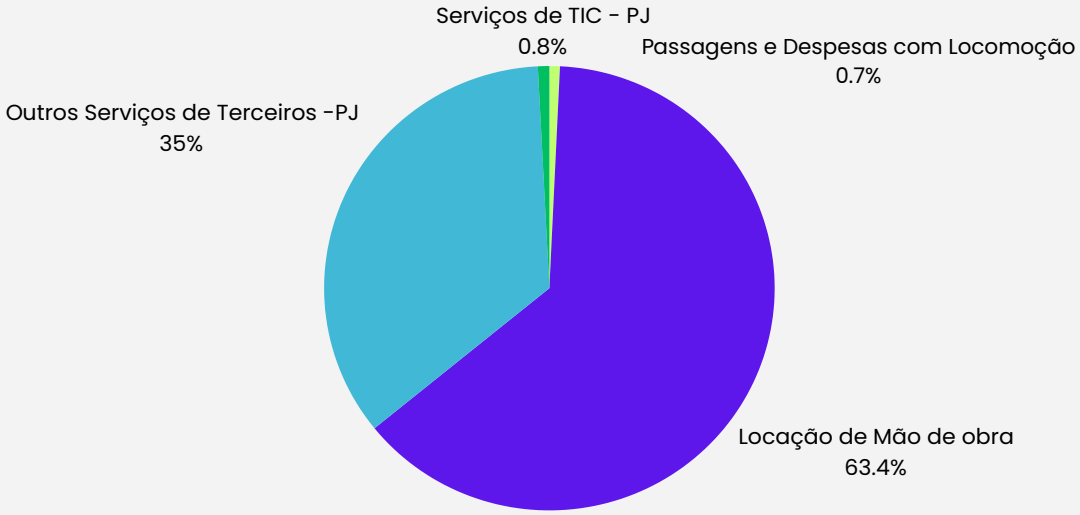
Gráfico 6 .Variações acumuladas do custeio e dos contratos de serviços (emendas) (R$)



Fonte: Elaborado pelo autor

- O Gráfico 6 sinaliza que em 2019 foi o primeiro o ano da utilização de emendas para empenhar despesas com contratos de serviços, no período de 2016 a 2023, representando 27,79% do orçamento de emendas daquele ano. Porém, em 2023, o percentual chega a 72,73%, maior montante do período, no total de 3.841.820,52, um crescimento de 1.442,13% em termos reais.
- Os dados indicam um crescente empenho do IFBA na obtenção de recursos oriundos de fontes externas, através de parcerias com o Poder Legislativo Federal, por meio de emendas parlamentares, sejam elas de Bancadas ou Individuais (IFBA, 2024). Dessa forma, em média 75,77% dos recursos captados foram utilizados para custear as contratações de serviços, as quais são imprescindíveis para o funcionamento/manutenção da instituição.

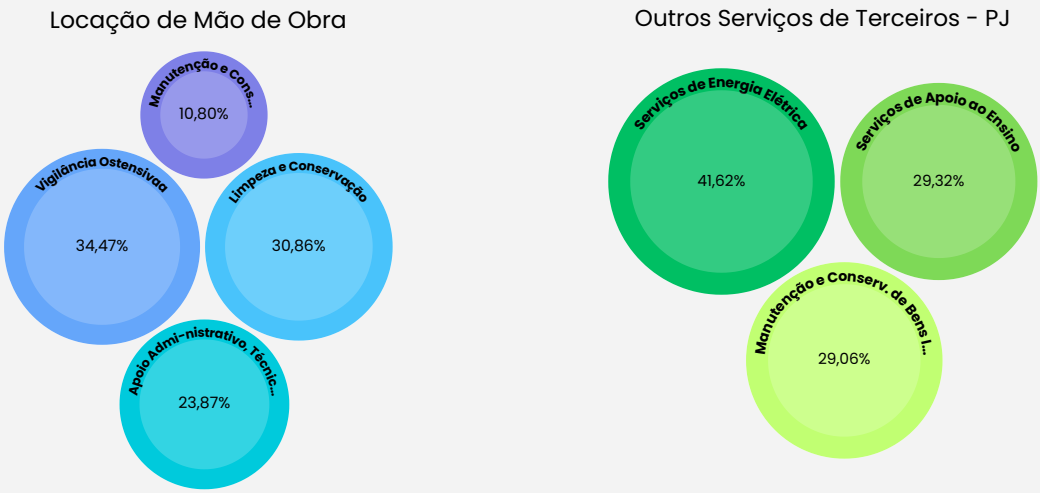
Gráfico 7. Despesas empenhadas com contratos de serviços - Real (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

- O Gráfico 7 indica que os contratos de locação de mão de obra são os que têm a maior média de participação nos contratos administrativos de serviços, seguido por outros serviços de terceiros pessoa jurídica, e as demais naturezas com média abaixo de 1%, no período analisado.

Gráfico 8 . Contratos de serviços - subelemento da despesa - Real (%)



Fonte: Elaborado pelo autor

- Devido à representatividade dos serviços de locação de mão de obra e outros serviços de terceiros pessoa jurídica, foram selecionados os subelementos dessas naturezas que estão acima dos 10% do total empenhado, em termos nominais, após aplicou-se o deflacionamento para o ano-base 2016.

- O Gráfico 8 indica, em relação aos contratos de locação de mão de obra, o serviço em que há o maior dispêndio de recursos, em termos reais, é o de vigilância ostensiva, uma média de 34,47%, seguido pelo serviço de limpeza e conservação, uma média de 30,86%. Quanto a outros serviços de terceiros pessoa jurídica, o serviço com maior emprego de recursos, em termos reais, é o de energia elétrica, em média 41,62%, seguido por serviços de apoio ao ensino, uma média de 29,32%.

RESTOS A PAGAR DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS

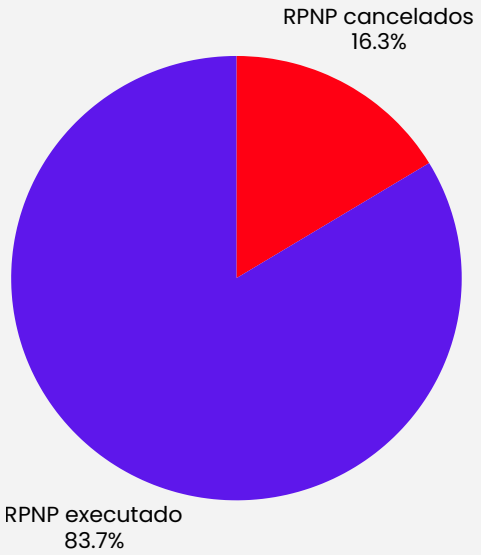
Gráfico 9 . RPNPI dos contratos de serviços - Real(%)



Fonte: Elaborado pelo autor

- O indicador Restos a Pagar Não Processados Inscritos (RPNPI) corresponde à taxa inscrição em RPNP do total das despesas empenhadas com contratos administrativos de serviços que utilizam o orçamento de custeio das despesas discricionárias (RP 2), compreendendo o período de 2016 a 2023.
- De acordo com o Gráfico 9, o indicador RPNPI apresentou uma média, em termos reais, de 23,37%, isto é, do total das despesas empenhadas anualmente com contratos de serviços, em torno de 23,37% é inscrito em RPNP para utilização em exercícios futuros. Como possíveis causas para a inscrição dos valores em RPNP, destaca-se a liberação tardia dos créditos orçamentários, provocando grande concentração de emissão de empenhos no final do exercício (Queiroz, 2020). Além disso, esses créditos são empenhados sob a atmosfera “use ou perca” no encerramento do exercício, assim a inscrição em restos a pagar é o destino desses saldos (Araújo; Lins; Diniz, 2022).

Gráfico 10. RPNPC dos contratos de serviços - Real(%)

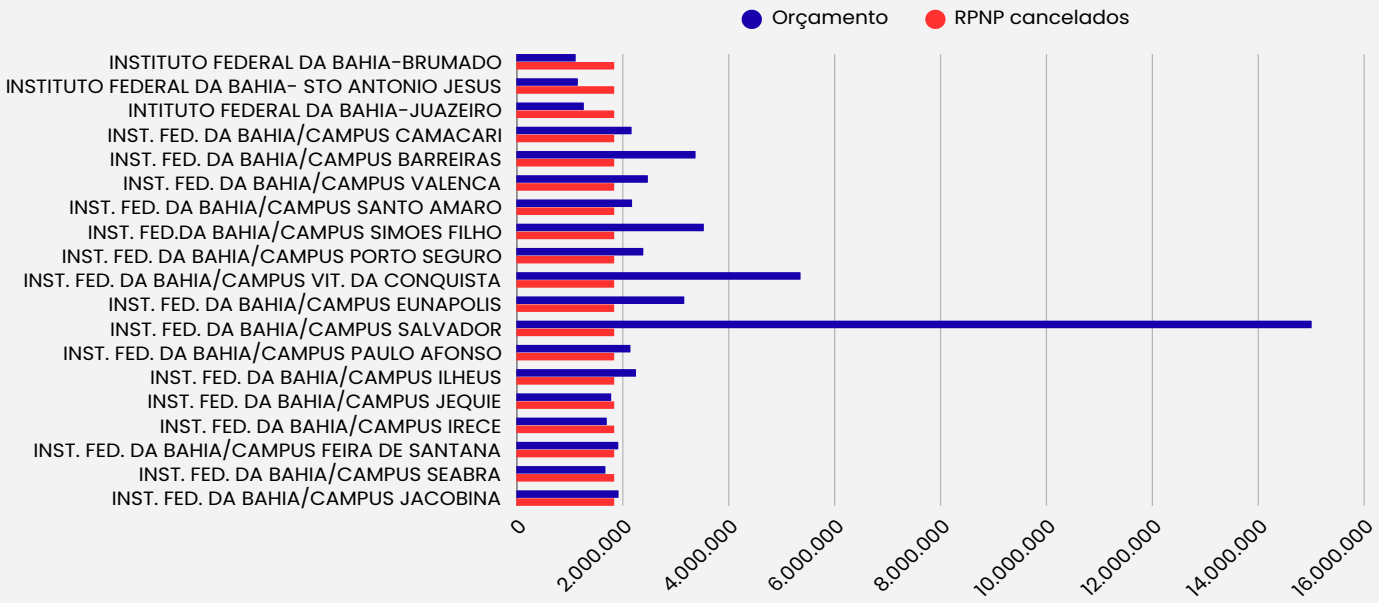


Fonte: Elaborado pelo autor

- O indicador Restos a Pagar Não Processados Cancelados (RPNPC) corresponde à taxa de cancelamento dos saldos inscritos em RPNP dos contratos administrativos de serviços. Assim, analisou-se os dados de 2016 a 2022, excluindo-se 2023, devido à limitação temporal para a execução desses saldos.
- De acordo com o Gráfico 10, o indicador RPNPC informa que, do total inscrito em RPNP, referente aos contratos de serviços, uma média de 16,33% é cancelado. Essa taxa representa, em termos monetários reais, uma média de R$ 1.836.783,78 de valores cancelados dos R$ 11.246.574,97 que são inscritos anualmente.

- Esses valores cancelados representam a perda de orçamento anual pelo IFBA com RPNP dos contratos administrativos de serviços, pois, quando são cancelados, os créditos orçamentários não retornam para o crédito disponível do IFBA para emissão de novos empenhos, ou seja, o recurso é perdido.

Gráfico 11. Orçamento das UGE x RPNP cancelados - Real (R$)

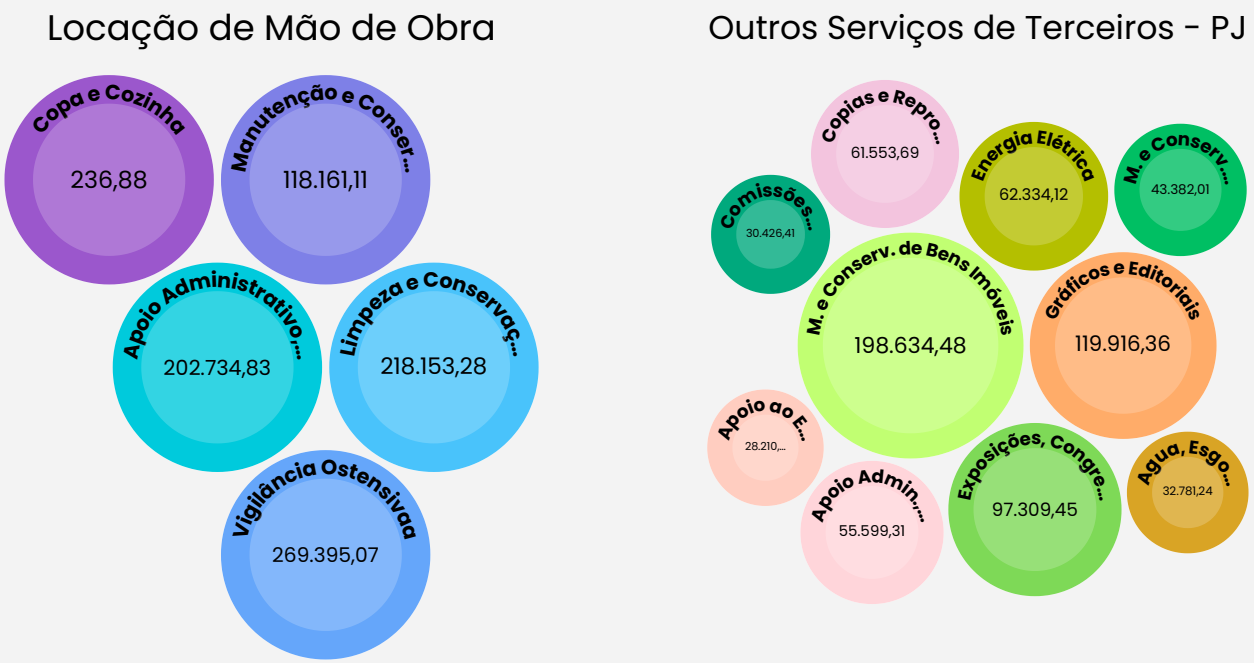


Fonte: Elaborado pelo autor

- No Gráfico 11, compara-se os valores médios cancelados de RPNP, a nível de órgão, com os orçamentos médios anuais de custeio (RP 2) recebidos por cada campi que tem autonomia orçamentária e financeira, classificada como Unidade Gestora Executora (UGE), após o deflacionamento para o ano base 2016. Logo, os dados indicam que a média do RPNP cancelados, em termos reais, é superior aos orçamentos médios anuais de custeio de 6 das 19 UGEs do IFBA. Ainda, aquela média supera 50% dos orçamentos médios anuais de 17 das 19 unidades analisadas.

- Portanto, os dados indicam uma falta de planejamento orçamentário no momento da inscrição em RPNP, o que provoca cancelamentos elevados dessa rubrica, quando analisado a nível de órgão. Esses saldos, caso fossem bem geridos, poderiam ter ajudado diversas unidades do IFBA, devido ao cenário de escassez de recursos com o qual todas essas unidades convivem há anos.

Gráfico 12. 10 maiores RPNP cancelados dos subelementos 339037 e 339039 - Real (R$)



Fonte: Elaborado pelo autor

- Devido à representatividade dos valores cancelados em RPNP dos serviços de locação de mão de obra e outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, selecionou-se, a partir dos valores nominais, todos os subelementos da primeira e os dez maiores montantes acumulados cancelados dos outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, tendo em vista que foram empenhados em 41 subelementos diferentes. Essa seleção dos 10 maiores montantes cancelados representam 74,47% do total cancelado daquela natureza, de 2016 a 2022. Posteriormente, aplicou-se o deflacionamento para o ano-base 2016 desses valores selecionados

- Conforme Gráfico 12, os dados indicam que os serviços que apresentam as maiores médias de cancelamentos dos RPNP são os de vigilância ostensiva, seguidos por limpeza e conservação, ambos serviços de locação de mão de obra. Esses serviços apresentaram as maiores médias e os maiores montantes cancelados acumulados, de 2016 a 2022, apesar dos maiores médias em termos monetários inscritos em RPNP serem dos outros serviços de terceiros - pessoa jurídica. Assim, os dados sinalizam que há maior eficiência na execução desta rubrica quando comparada aos serviços de locação de mão de obra.

- De acordo com Maurício (2025), a manutenção de "passivos fantasmas" não só mascara uma falha original dos saldos a serem inscritos em RPNP, mas também gera um custo de oportunidade, pois esses recursos poderiam ter sido remanejados para outras necessidades.

- Nesse sentido, apesar da complexidade no controle desses saldos devido às quantidades de unidades e agentes envolvidos, caso não houvesse o desperdício de recursos, mas sim o remanejamento ao longo do exercício corrente, o cenário de escassez de recursos com o qual todas as unidades convivem poderia ter sido mitigado.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Propõe-se neste relatório técnico recomendações para resolução/redução do problema junto ao IFBA. Dessa forma, propõe-se a criação de instrumento(s), como proposta de intervenção inicial, com foco no controle da inscrição dos empenhos em RPNP que contemple os pontos destacados a seguir. Assim, com o relatório técnico, pretende-se auxiliar a administração no tratamento da problemática imposta pela escassez de recursos, bem como pelo aprimoramento do controle visando evitar o desperdício orçamentário.

Por fim, as recomendações não possuem caráter prescritivo, mas sim como possibilidades a serem consideradas conforme sua pertinência a determinado contexto.

Recomendação	Agentes
Utilizar outra técnica para estimar a sua expectativa de inflação, já que todos os contratos administrativos de serviços e os orçamentos anuais utilizam o IPCA como fator de reajuste. Nesse sentido, o PDI 2020-2024, do IFBA, utilizou o Relatório de Acompanhamento Fiscal do Senado Federal como técnica para projeção do IPCA. Como sugestão, utilizar o Relatório Focus do Banco Central do Brasil. Este relatório é divulgado semanalmente, apresenta as expectativas de mercado para o IPCA do ano corrente e dos próximos três anos, além de outros indicadores (Banco Central do Brasil, 2025).	PROAP
Orientar as empresas para o envio tempestivo dos documentos necessários para liquidação da despesa, principalmente no final do exercício. Ainda, caso essa ação anterior não seja possível, solicitar à empresa o valor exato de determinada nota fiscal que será emitida para fins de inscrição do valor em RPNP.	Contratados/ Gestores e Fiscais de contratos
Aumentar o controle das despesas empenhadas dos contratos administrativos de serviços a serem inscritas em RPNP. Assim, como os maiores montantes cancelados de RPNP são dos serviços de locação de mão de obra, sugere-se inscrever apenas os valores das notas fiscais que tiverem grau adequado de certeza do valor a ser pago, com base na ação anterior.	DOF/Gestores e Fiscais de contratos/ Administração

Em relação às repactuações pendentes, inscrever apenas o valor que estiver confirmado e documentado. Caso contrário, emitir empenho de despesas de exercícios anteriores no exercício de recebimento da nota fiscal. Essa medida evitará o cancelamento de saldos baseados em estimativas feitas pelo IFBA ou pela empresa.	DOF/Gestores e Fiscais de contratos/ Gestão Administrativa e Ordenador de despesas
Quanto aos outros serviços de terceiros pessoa jurídica, devido à quantidade de serviços dessa natureza, há necessidade de maior controle na inscrição em RPNP dos contratos de serviços continuados, ou seja, aqueles que há certeza em sua utilização, como: aquisição de combustíveis por meio de comissões e corretagens; serviços de energia elétrica; e serviços de água, esgoto e resíduos sólidos. Assim, em dezembro, as unidades devem verificar se há notas fiscais/faturas a serem emitidas, para isso as unidades devem solicitar o valor à empresa e anexá-lo ao respectivo processo. Caso a empresa não forneça, não inscrever saldos em RPNP e realizar o empenho de despesas de exercícios anteriores no ano seguinte, após o recebimento do documento fiscal. Dessa forma, evita-se o cancelamento de saldos inscritos com base em estimativas.	Contratados/ DOF/Gestores e Fiscais de contratos/ Gestão Administrativa e Ordenador de despesas
Estabelecimento de rotinas para análise prévia das condições de inscrição em RPNP, entre a Chefia do Departamento Administrativo, Gestor e Fiscal do contrato e o Financeiro, para reduzir a subjetividade dos saldos a serem inscritos.	PROAP
Incentivar a capacitação dos fiscais e gestores dos contratos, dos servidores dos setores orçamentários, financeiros e contábeis, gestores administrativos e ordenadores de despesas quanto às regras do Decreto 93.872/96.	PROAP

RESPONSÁVEIS PELA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO E DATA

Luciano Santos da Gama (Mestrando)
Contato: luciano.gama@ifba.edu.br

Prof. Dr. Rennan Kertlly de Medeiros (Orientador)
Contato: rennan.medeiros@univasf.edu.br

Juazeiro - BA , 12 de fevereiro de 2026

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M; LISBOA, M. B.; PESSOA, S. O Ajuste Inevitável - Desequilíbrio da Economia Brasileira é Estrutural e Exige Correções Mais Duras e Profundas. Folha de São Paulo, jul. 2015. Disponível em: https://feeds.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/226576-ajuste-inevitavel.shtml. Acesso em: 21 out. 2024.

ARAÚJO, J. G. R.; LINS, T. S. M.; DINIZ, J. A. O Fenômeno Use It or Lose it na Execução Orçamentária das Universidades Federais e a Inscrição em Restos a Pagar. Advances in Scientific and Applied Accounting (2022). Disponível em: https://www.semanticscholar.org/reader/c7d2e2c15b085da9a09c8a7db6f136af2698a2ac. Acesso em: 30 abr. 2024.

ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e Suas Aplicações. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012

IFBA. PDI 2020-2024. Salvador, PRODIN/IFBA, 2020. Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/menu-de-apoio/paginas-menu-de-apoio/acesso-rapido/pdi-2020-2024/pdi_ifba2020-2024_web.pdf. Acesso em: 20 fev. 2025.

IFBA. Relatório de gestão: ano 2023. Salvador, CONSUP/IFBA, 2024. Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/institucional2/consup/resolucoes-2024/res-consup-ifba-no-136-de-12-08/view. Acesso em: 03 jun. 2025.

IPEA. Implicações dos Novos Regimes Fiscais no Financiamento da Educação Pública - 2407. 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8692/1/td_2407.PDF . Acesso em: 05 out. 2024

MAURÍCIO, Fernando Henrique. Cancelamentos de restos a pagar no Exército Brasileiro: um estudo dos determinantes e propostas para mitigar as perdas orçamentárias. 2025. 159 f. Dissertação (Mestrado em Governança e Desenvolvimento) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília – DF, 2025. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/8999. Acesso em: 12 set. 2025.

MOTA, S. C.; CORRÊA, D. M. M. C.; NASCIMENTO, R. S. A Gestão de Restos a Pagar nas Universidades Federais no Contexto do Decreto nº 9.428/2018. Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão, 20(esp.), e81697, 2022. Disponível em: http://periodicos.ufc.br/contextus/article/view/81697. Acesso em: 09 out. 2024.

PALUDO, Augustinho Vicente. Orçamento Público, Administração Financeira e Orçamentária e LRF. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

QUEIROZ, A. G. A. Avaliação de Desempenho: um Estudo de Caso Sobre os Restos a Pagar Não Processados no Instituto Federal de Rondônia - IFRO. 2020. 163 f. Dissertação (Mestrado em Assessoria da Administração) - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, Região Norte, Portugal. Disponível em: https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/17480/1/Adriana_Queiroz_MAA_2020_Vers%C3%A3o_Final.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

SANTOS, Raphael Pereira; KAPPES, Sylvio. Uma Análise da Inflação Brasileira na Pandemia a partir dos Dados do IPCA. Cadernos CEPEC/UFPA, Belém, v. 11, n.2: 01-25, Dez. 2022. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/15098/pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

Protocolo de recebimento do produto técnico-tecnológico

Ao
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)

Pelo presente, encaminhamos o produto técnico-tecnológico intitulado Relatório Técnico Conclusivo, derivado da dissertação de mestrado OS CONTRATOS DE SERVIÇOS DO IFBA E A ESCASSEZ DE RECURSOS: Uma análise dos orçamentos anuais de 2016 a 2023, de autoria de Luciano Santos da Gama.

Os documentos citados foram desenvolvidos no âmbito do Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (Profiap), instituição associada à Universidade Federal do Vale do São Francisco.

A solução técnico-tecnológica é apresentada sob a forma de um Relatório Técnico Conclusivo e seu propósito é mensurar a participação dos gastos com contratos administrativos de serviços nas despesas discricionárias do orçamento de custeio do IFBA em um cenário de escassez de recursos.

Solicitamos, por gentileza, que ações voltadas à implementação desta proposição sejam informadas à Coordenação Local do Profiap, por meio do endereço "profiap@univasf.edu.br".

Juazeiro-BA, 12 de fevereiro de 2026

Registro de recebimento

Assinatura, nome e cargo (detalhado) do recebedor

Preencha os campos em azul / Se assinatura física, coletá-la sob carimbo. Documento com este teor (ou equivalente) será adequado se elaborado e assinado pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) da Instituição do recebedor / **Apague este rodapé na versão final do documento.**

Discente: Luciano Santos da Gama, mestrando

Orientador: Prof. Dr. Rennan Kertlly de Medeiros

Universidade Federal do Vale do São Francisco

12 de fevereiro de 2026

PROFIAP
MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA